



## Proc. Administrativo 12- 17.225/2024

**De:** Diego S. - OBRAS-OBRAS-ENGE

**Para:** Envolvidos internos acompanhando

**Data:** 06/12/2024 às 09:06:36

### Setores envolvidos:

GP, ADM-CCL, ADM-DL-LIC, ADM-DL-COMP, OBRAS, OBRAS-PLANEJ, OBRAS-OBRAS-ENGE, ADM-CCL-CE, GP-PG-LIC

### NOVA LICITAÇÃO (PAVIMENTAÇÃO E REPAVIMENTAÇÃO DE DIVERSAS RUAS)

Bom dia! pela análise dos autos segue manifestação técnica quanto aos pedidos da impugnante:

**a) O recebimento da presente impugnação, com as alterações solicitadas na presente peça, com mudança na exigência junto ao item 8.1.4.1.5, face a ilegalidade da mesma;**

o item acima mencionado trata da exigência do edital:

**8.1.4.1.5. *Comprovação de capacidade técnico – operacional*** do licitante, através de certidões ou atestados emitidos por pessoa jurídica de direito público ou privado devidamente registrado no conselho competente, comprovando os quantitativos mínimos, correspondentes aos seguintes serviços das parcelas de maior relevância técnica e valor significativo do objeto:

Neste caso a empresa não considera legal a exigência de que o atestado técnico operacional seja devidamente registrado pelo conselho competente! que no seu entendimento, o registro no conselho competente é pertinente e trata da comprovação de capacidade técnica profissional!

neste caso sugerimos a avaliação do setor juridico, pois trata diretamente de interpretação da lei 14133 em seu artigo 67,

**b) Alteração da redação junto ao item 8.1.4.1.5.2 do Edital, face ao equívoco no percentual de 50% da soma dos blocos de concreto.**

neste caso revisando as áreas mínimas prevista na lei 14.133 cabe a correção do edital e o valor correto a ser utilizado é 1.179,05 m<sup>2</sup> e não a área de 1768,14 m<sup>2</sup> conforme edital

**c) Por fim, requer-se que seja determinada nova publicação do edital ora impugnado, por força do art. 21 da Lei nº 14133/2021.**

esta decisão parte pelo setor de licitações!

att

Eng Diego



## VERIFICAÇÃO DAS ASSINATURAS



Código para verificação: F723-FA7C-E73A-C445

Este documento foi assinado digitalmente pelos seguintes signatários nas datas indicadas:



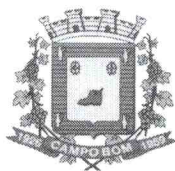
DIEGO JARDEL STRACK (CPF 015.XXX.XXX-70) em 06/12/2024 09:08:00 (GMT-03:00)

Papel: Parte

Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)

Para verificar a validade das assinaturas, acesse a Central de Verificação por meio do link:

<https://campobom.1doc.com.br/verificacao/F723-FA7C-E73A-C445>



**MUNICÍPIO DE CAMPO BOM**  
ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL - BRASIL

**Processo Administrativo: 019/2024**

**Concorrência nº 019/2024**

**Interessado: Comissão Permanente de Licitações**

**PARECER JURÍDICO Nº 434/2024**

ANÁLISE DE IMPUGNAÇÃO AO EDITAL APRESENTADA SOB O FUNDAMENTO DE VÍCIOS E IRREGULARIDADES NO EDITAL RELATIVO A EXIGÊNCIA DE ATESTADO DE CAPACIDADE OPERACIONAL E ERRO DE CÁLCULO RELATIVO A 50% DO TOTAL DA OBRA A SER REALIZADA

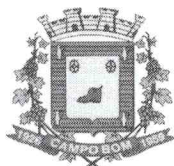
Trata-se de pedido de parecer jurídico referente à impugnação apresentada pela empresa TELAS TELAR PAVIMENTAÇÃO E TERRAPLANAGEM LTDA.

Alega a empresa que o Edital possui como ilegalidade a exigência de atestado de capacidade técnico operacional com registro em entidade bem como vício a exigência de que o atestado comprove que a empresa habilita tenha como prova de capacidade técnica a realização de obra de pavimentação de bloco de concreto espess. 8cm 35MPA o total de 1768,14 m2.

Para facilitar o entendimento do presente parecer dividimos os dois assuntos em dois tópicos.

**DO ATESTADO DE CAPACIDADE TÉCNICO-OPERACIONAL**

Assiste razão ao Impugnante no que tange ao Atestado de Capacidade Técnico-



**MUNICÍPIO DE CAMPO BOM**  
ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL - BRASIL

Operacional.

De fato tanto o manual de procedimentos operacionais do CREA quanto a jurisprudência do TCU determinam que relativo aos atestados de capacidade técnico operacional não se exija registro junto aos órgãos fiscalizadores.

Diante disso, a exigência posta no edital deve ser alterada, retificando o texto para fazer constar:

*8.1.4.1.5. **Comprovação de capacidade técnico – operacional** do licitante, através de certidões ou atestados emitidos por pessoa jurídica de direito público ou privado comprovando os quantitativos mínimos, correspondentes aos seguintes serviços das parcelas de maior relevância técnica e valor significativo do objeto:*

Opino, portanto por publicação de edital retificando a cláusula.

**DA PROVA DO QUANTITATIVO MÍNIMO CONSTANTE NO ATESTADO DE CAPACIDADE TÉCNICA**

Por outro lado, também no que tange aos quantitativos mínimos a serem demonstrados no atestado de capacidade técnica operacional, há equívoco material no cálculo apresentado pelo Edital, e reconhecido pelo próprio engenheiro que elaborou o edital no despacho 12 do processo eletrônico.

Nesse sentido, também merece retificação para fazer constar no item 8.1.4.1.5.2 o seguinte:

*8.1.4.1.5.2. Pavimentação de bloco de concreto espess. 8cm 35MPa: 1768,14 m<sup>2</sup>*

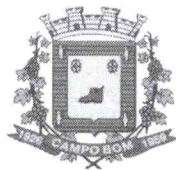
**DA APLICAÇÃO DO PARÁGRAFO 1º DO ARTIGO 55 DA Lei 14.133, de 1º de abril de 2021:**

Reza o §1º do artigo 55 da Lei de Licitações:

*§ 1º Eventuais modificações no edital implicarão nova divulgação na mesma forma de sua divulgação inicial, além do cumprimento dos mesmos prazos dos atos e procedimentos originais, exceto quando a alteração não comprometer a formulação das propostas.*

Para se determinar a reabertura do prazo do edital publicado é necessário que sua alteração comprometa a formulação de propostas. A essa conclusão se chega em decorrência da exceção posta no dispositivo acima elencado, a qual determina que não se





**MUNICÍPIO DE CAMPO BOM**  
ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL - BRASIL

aplica a reabertura de prazos quando a alteração do edital não comprometa a formulação de propostas.

Marçal Justen Filho ensina que *“é obrigatório reabrir o prazo quando a inovação trazida não puder ser atendida no prazo remanescente. Assim, por exemplo, modificar data ou local de entrega de propostas em licitação presencial não envolve problema para os licitantes. I mesmo se diga quanto a modificações acerca das condições de participação ou de elaboração de propostas que não importem ampliação de encargos ou substituição de dados”*.

Todavia, ao se observar o caso em tela, da modificação decorrerá a ampliação da possibilidade de participação de licitantes, uma vez que as exigências diminuirão.

Assim, os erros cometidos na formulação do edital implicam na necessidade de sua republicação iniciando-se novamente a contagem do prazo para a apresentação dos envelopes.

É de se observar que casos semelhantes são trazidos na doutrina de Marçal Justen Filho, que assim cita:

*REPRESENTAÇÃO. IRREGULARIDADES CONSTATADAS NA CONCORRÊNCIA Nº 1/2007. ALTERAÇÃO DO EDITAL SEM PRORROGAÇÃO DO PRAZO. EXIGÊNCIA DE COMPROVAÇÃO DE VÍNCULO EMPREGATÍCIO DOS PROFISSIONAIS RESPONSÁVEIS. EXIGÊNCIA DE DOCUMENTOS PARA FINS DE QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA SEM AMPARO LEGAL. EXIGÊNCIA INDEVIDA DE COMPROVAÇÃO DE EXECUÇÃO DE QUANTIDADES MÍNIMAS. PAGAMENTO À CONTRATADA PARA FISCALIZAÇÃO DOS SEUS PRÓPRIOS SERVIÇOS. DILIGÊNCIAS. AUDIÊNCIAS. CONHECIMENTO. PROCEDÊNCIA PARCIAL. REJEIÇÃO PARCIAL DAS RAZÕES DE JUSTIFICATIVA DOS GESTORES. MULTA. ACOLHIMENTO PARCIAL DAS RAZÕES DE JUSTIFICATIVAS DO CONSULTOR JURÍDICO.*

...

*o fato de a previsão editalícia inicial equivocada, no sentido de que a licitante comprovasse que, **na data da publicação do edital**, possuía, “em seu quadro permanente, profissionais de nível superior nas áreas de engenharia de segurança no trabalho e civil com as atribuições de engenheiro civil, engenheiro eletricista e engenheiro de segurança”, ter sido alterada posteriormente (itens 3.1 e 3.2) não resolveu o problema.*

14. O ponto fulcral é que a comunicação feita às empresas que retiraram o edital,



## MUNICÍPIO DE CAMPO BOM

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL - BRASIL

*que poderiam comprovar, na data da entrega da proposta, o vínculo empregatício dos profissionais, conforme previsão do art. 30, §1º, inciso I, da Lei nº 8.666, de 1993, foi efetivada apenas um dia antes da data prevista para a entrega dos documentos.*

*15. E, desse modo, não houve tempo hábil para as empresas interessadas adotarem as providências necessárias, ou seja, contratação dos profissionais necessários e elaboração da respectiva proposta.*

*16. O argumento apresentado no sentido de que a alteração do edital não afetaria a formulação da proposta, e de que, por este motivo, não teriam sido prorrogados os prazos inicialmente previstos, não se presta a elidir a grave irregularidade apontada.*

*17. Como o edital previa que as empresas deveriam comprovar, na data da publicação do edital, que já detinham em seus quadros permanentes os profissionais responsáveis pelos serviços a serem prestados, e ainda com experiência prévia também exigida no edital, as prováveis interessadas que não poderiam comprovar tal fato não se prepararam para apresentar proposta, uma vez que a formalização da contratação de pessoal não se faz de forma retroativa*

*18. Assim, de forma inconteste, pode-se concluir que a competitividade do certame restou prejudicada com o procedimento adotado.*

Dito isso, impõe-se afirmar a necessária retificação do edital e, considerando que as alterações implicam em relevantes para fins de ampliação das formulações de propostas, opino pelo prosseguimento da licitação com republicação do edital e reabertura dos prazos.

É o entendimento que se submete à apreciação superior.

Campo Bom/RS, 06 de dezembro de 2024

**Fernando Luz Lehn**  
Procurador-Geral do Município  
OAB/RS 51.236



## VERIFICAÇÃO DAS ASSINATURAS



Código para verificação: 9954-A15F-8D0E-0638

Este documento foi assinado digitalmente pelos seguintes signatários nas datas indicadas:



FERNANDO LUZ LEHNEN (CPF 801.XXX.XXX-87) em 06/12/2024 15:41:18 (GMT-03:00)

Papel: Parte

Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)

Para verificar a validade das assinaturas, acesse a Central de Verificação por meio do link:

<https://campobom.1doc.com.br/verificacao/9954-A15F-8D0E-0638>

**Proc. Administrativo 17.225/2024**De: **Fernando Luz Lehen** Setor: **GP-PG-LIC - Procuradoria/Licitações**Despacho: **17- 17.225/2024**Assunto: **NOVA LICITAÇÃO (PAVIMENTAÇÃO E REPAVIMENTAÇÃO DE DIVERSAS RUAS)**

Campo Bom/RS, 09 de Dezembro de 2024

Retifico especificamente o item do parecer por erro material para fazer constar no item 8.1.4.1.5.2 o seguinte:

Pavimentação de bloco de concreto espess. 8cm 35MPA: 1.179,05 m<sup>2</sup>.

Prossiga-se com as comunicações e republicação considerando que o erro material não determina nova homologação do parecer pelo Senhor Prefeito Municipal.

—  
**Fernando Luz Lehen**  
*Procurador Geral*

Prefeitura de Campo Bom - Av. Independência, 800 - Campo Bom / RS - CEP 93700-000

Impresso em 09/12/2024 12:51:54 por Eveline Schulz - pregoeira







## Proc. Administrativo 16- 17.225/2024

---

**De:** Luciano O. - GP

**Para:** Envolvidos internos acompanhando

**Data:** 06/12/2024 às 17:39:30

**Setores envolvidos:**

GP, ADM-CCL, ADM-DL-LIC, ADM-DL-COMP, OBRAS, OBRAS-PLANEJ, OBRAS-OBRAS-ENGE, ADM-CCL-CE, GP-PG-LIC

### NOVA LICITAÇÃO (PAVIMENTAÇÃO E REPAVIMENTAÇÃO DE DIVERSAS RUAS)

Acato o parecer juridico. Republique-se com as cautelas de estilo.

.....  
Luciano Libório Baptista Orsi  
*prefeito*



## VERIFICAÇÃO DAS ASSINATURAS



Código para verificação: AB56-A8BF-FFBD-D1E5

Este documento foi assinado digitalmente pelos seguintes signatários nas datas indicadas:



LUCIANO LIBORIO BAPTISTA ORSI (CPF 440.XXX.XXX-25) em 09/12/2024 11:58:14 (GMT-03:00)

Papel: Parte

Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)

Para verificar a validade das assinaturas, acesse a Central de Verificação por meio do link:

<https://campobom.1doc.com.br/verificacao/AB56-A8BF-FFBD-D1E5>